

## Vida Humana, Minorias, Práticas Organizacionais e a Escola<sup>1</sup>

Roseli Fischmann<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo busca trazer evidências teórico-reflexivas de como se entrelaçam temas e debates aparentemente distintos. Procura indicar como os temas da autonomia moral, do contrato social, da ética, da relação entre poder e liberdade, em seu abandono, formam o cerne da injustiça e desigualdade social; ou, em seu pleno exercício e respeito, o cerne de possibilidades para a dignidade humana.

**Palavras chave:** autonomia moral. contrato social. ética. poder e liberdade. desigualdade social.

**Abstract:** This article seeks to bring theoretical-reflexive evidences on how apparently distinct themes and debates are embraced altogether. It searches to point out how themes like moral autonomy, social contract, ethics, relation between power and freedom, when abandoned, constitutes the core of social injustice and inequality; or, in their fully exercise and respect, the core of possibilities toward human dignity.

**Keywords:** moral autonomy. social contract. ethics. power and freedom. social inequality.

“Recuerdo que una tarde, como oyera un leve ruido en el cuarto vecino al mío, pregunté en voz alta: ‘¿Quién anda por ahí?’ Y la voz de una cirada recién llegada de su pueblo contestó: ‘no es nadie, señor, soy yo’.”

Octavio Paz, *El labirinto de la soledad*, pp.48-49.

A vida humana, enquanto ação e reflexão, distingue-se de todas as demais formas de vida. Em uma perspectiva evolucionista, diferentes espécies desenvolveram diferentes respostas às circunstâncias do meio ambiente, como forma de sobreviverem a elementos hostis. Os seres humanos, com sua racionalidade, criaram sistemas de cultura diversificando-se entre si mais a partir de diferentes cosmologias, que a partir de diferenças biológicas, expressas em características físicas, como cor da pele, formato dos olhos, textura dos cabelos, etc.

Um dado que corrobora a afirmação dessa diferenciação feita pela cultura, refere-se aos processos de aculturação imposta a imigrantes, em diferentes partes do planeta, em diferentes momentos históricos. Muitas vezes, perdido o solo original, e frequentemente deparando com sentimentos de xenofobia (ainda que difusos, ou encobertos), o ser humano vê-se na iminência de adaptar-se, ou fenecer, quando não lhe é dada a alternativa de evadir-se. A metáfora do camaleão sobre a manta escocesa, expressa por Woody Allen em *Zelig*, daquele que é capaz de se adaptar de forma incondicional, no tempo exato, para sobreviver, fala também de certa esquizoidia, distante da desejável integridade do ser humano.

O jogo de submeter o estrangeiro<sup>3</sup>, tem sido suficientemente forte, na história da humanidade, a ponto de se constituir esse termo - “estrangeiro” - em referência metafórica frequentemente adotada na literatura, no cinema, nas artes em geral. Morte em Veneza, *O Estrangeiro*, são alguns exemplos dessa referência.

---

<sup>1</sup> Trabalho originalmente apresentado como Prova de Erudição ao Concurso de Professor Titular da FEUSP, realizado em março de 1997.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP. Coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo.

<sup>3</sup> Hannah Arendt trabalhará a questão do estrangeiro como sendo certo sentimento comum, que partilhamos em nossa condição humana, de não nos sentirmos “nem em casa, nem à vontade no mundo”, tema recorrente ao longo de sua obra.

Já não apenas como metáfora, encontra-se o jogo de submissão operando sobre aquele que se encontra indefeso - a inocência, a ingenuidade, e, sobretudo, toda forma de exclusão, frequentemente são interpretados como fraqueza e incompetência, certo tipo de “*displacement*”, alguém que está deslocado como um apátrida, frente a um mundo no qual a competitividade exacerbada ensina a tentar sempre vencer a qualquer custo - vitória que tem, então, o significado de sobrepor-se, de forma autoritária, aos vencidos.

Convém lembrar que a derrota em uma guerra significou, por diversas vezes na história, a vivência da escravidão, como consequência. Os perdedores, vistos como mais fracos, ou supostamente menos competentes, viam-se escravizados, em uma prática reconhecida e legitimada naqueles tempos. Paulatinamente, a barbárie da escravidão ganhou tal aceitação, que já não era necessário vencer a guerra - bastava comprar o escravo que traria o direito ao ócio e ao reconhecimento de prestígio social – a guerra fora ganha por outros meios.

Da mesma forma, a legitimação da desigualdade, pelas estruturas de senhor e servo, príncipe e súdito, passou a ser matizada pela expansão do capitalismo moderno, na definição da posse dos meios de produção. Exacerbada a desigualdade entre indivíduos e grupos humanos, nosso século assistiu a guerras que colocaram o tema da dominação entre Estados, assim como a retomada intensa e dramática de lutas internas, por motivos étnicos e/ou religiosos, e ainda a luta pela hegemonia sobre territórios, na definição de fronteiras.

A barbárie do Holocausto, de Hiroshima e Nagasaki, na Segunda Guerra Mundial, deixaram o terrível registro de até onde o ser humano é capaz de chegar. Com a morte de milhões no genocídio perpetrado de forma brutal, e a criação científica posta a serviço da morte, a humanidade pode olhar-se a si, e perceber quão incontrolláveis são as tendências humanas à destruição e à violência.

Temerosos do pior – a chance da completa extinção da própria vida humana sobre a face do planeta, frente às armas nucleares e às armas químicas – o término da Segunda Guerra trouxe a criação da Organização das Nações Unidas, com a Carta de São Francisco, em 1945, e, três anos depois, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Era o gesto de afirmação de valores universais, de uma agenda planetária comum.

Disse a poetisa norte-americana Emily Dickinson que “a água se aprende pela sede/ a paz, pela luta que se teve” - e assim tem o ser humano tomado conhecimento de seus direitos, por sua falta. Ou seja, como já indicado por autores como Celso Lafer<sup>4</sup>, a enunciação dos Direitos Humanos tem se feito, corriqueiramente, após a constatação de sua violação.

Norberto Bobbio, por sua vez, opera uma análise, onde demonstra que o Universal desses Direitos refere-se, na verdade, a certas circunstâncias históricas, não sendo genéricos e permanentes. Dessa forma, Direitos enunciados na citada declaração universal, já foram reformulados, complementados com novos processos de tomada de consciência<sup>5</sup>. Resta, contudo, a dramática situação de que aos direitos proclamados não correspondem direitos garantidos - e isso não é exclusividade do Brasil.

Intimamente ligados à questão da democracia, esta localiza a discussão, situando-a em certo território geopolítico, em determinado momento histórico. Contudo, a distância entre o proclamado e o vivido, seja nos planos das diversas

---

<sup>4</sup> Ver, em particular, Lafer, Celso. A reconstrução dos direitos humanos, 1ª reimpr., São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

<sup>5</sup> Bobbio, Norberto. A era dos direitos, Rio de Janeiro, Campus, 1992, pp. 32-34.

nações – seja no plano de esforços de nível mundial em prol dos Direitos Universais – traz a sensação de que a humanidade de fato não avançou, e que dificilmente poderíamos ter qualquer expectativa de estabelecimento de um mundo justo e livre.

Bobbio entrelaça a discussão referente à Paz Mundial, frequentemente vista como distante para países que não se encontram em territórios conflagrados, e a referente à miséria, como sendo ambas partes constituintes da temática dos Direitos Universais Humanos:

A efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana. É um problema que não pode ser isolado, sob pena, não digo de não resolvê-lo, mas de sequer compreendê-lo em sua real dimensão. Quem o isola já o perdeu. Não se pode por o problema dos direitos do homem abstraído dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absurdo contraste entre o excesso de potência que criou as condições para uma guerra exterminadora e o excesso de impotência que condena grandes massas humanas à fome. Só nesse contexto é que podemos nos aproximar do problema dos direitos com senso de realismo. Não devemos ser pessimistas a ponto de nos abandonarmos ao desespero, mas também não devemos ser tão otimistas que nos tornemos presunçosos.<sup>6</sup>

A intolerância contra as minorias levada a seu extremo foi, não a base, mas a dolorosa pedra de toque que significou a elevação da humanidade a um novo patamar de consciência frente a si mesma. Que se pode pensar a respeito desse tema como educadores?

Konrad Lorenz oferece-nos um caminho, ao defender a importância da educação na transformação do destino humano. Sendo um evolucionista, explicita a situação alarmante da espécie humana, quando se analisa o rumo de evolução demolidora que escolheu<sup>7</sup>. De fato, ao contrário das demais espécies que se valem de seu diferencial para aperfeiçoarem-se e resistirem aos desafios ambientais, a humanidade tem se valido desse diferencial – a capacidade de teleologia, a linguagem verbal e a capacidade de conferir sentido às coisas – para desenvolver modalidades de competição intraespécie, que, de forma lenta e certa, colocam-nos na direção da hecatombe. Estaria, então, a humanidade condenada a sua própria destruição? Haveria algo a fazermos por nós?

Enquanto alguém que se dedica à ciência, Lorenz afirma que não tem interesse em fundamentar teologicamente a esperança. Entende que não há porque apelar a qualquer divindade em um assunto especificamente da alçada humana. Lembra que há um caminho que faz no campo especificamente racional, com caráter universal, quando nos lembramos imprevisibilidade como característica humana. Assim, há a possibilidade de que as mais catastróficas previsões operadas com base em probabilidades, desmoronem frente ao imprevisível comportamento humano. A direção de destruição empreendida por mentes e mãos humanas, pode revertida, da mesma forma. Pode-se, portanto, acreditar que a humanidade tem chances frente a si mesma.

---

<sup>6</sup> Idem, *ibid.*, p. 45.

<sup>7</sup> Lorenz, Konrad. *A demolição do homem - crítica à falsa ideologia do progresso*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

Já Norberto Bobbio avalia que o conhecimento histórico profético, como denomina, se faz com base nos patamares alcançados pela humanidade em termos de consciência - e nesse sentido, a mera existência da Declaração Universal dos Direitos Humanos demonstra a capacidade de diferentes povos e nações de aceitarem uma agenda comum. Mais do que discutir os fundamentos dos Direitos Humanos, legitimados exatamente por essa aceitação ampla e irrestrita, o que Bobbio propõe, então, é a busca da proteção e garantia do que já se proclamou.

Contudo, quais os principais desafios que se colocam para a ação de caráter tipicamente educativo, aquela que torne possível reverter as perspectivas de catástrofe, tomando como base a plasticidade, a mutabilidade e imprevisibilidade humanas?

Lembremos, inicialmente, de algumas características exclusivamente humanas, como são a teleologia e a intencionalidade.

A teleologia como capacidade humana tem um caráter fundador, do ponto de vista da possibilidade de progresso moral. Teleologia que, unida à intencionalidade, permitirá caracterizarmos o ser humano como sendo diferente dos demais animais.

Já nessa constatação inicia-se uma primeira fase do percurso de limitações ao ser humano. Bobbio lembra que a cada fatia conquistada de poder, corresponde uma fatia perdida de liberdade. Quanto mais poder, menos margem de liberdade de ação, pela responsabilidade trazida pelo poder.<sup>8</sup>

É interessante tomar essa proposta de Bobbio, da relação entre ganho de poder e perda da liberdade, para se analisar o que se passa no âmbito das organizações burocráticas e em particular da escola.

Quando se fala em burocracia, dentro da proposta weberiana de tipo ideal<sup>9</sup>, uma série de atributos e características são colocadas: hierarquia, normas, impessoalidade, para citar algumas que são de interesse para esta discussão.

Propostas em nome da racionalidade, frequentemente esses atributos e características são motivo de comportamentos que nada têm de racionais. Um exemplo eloquente e célebre, foi a alegação dos carrascos nazistas, durante o julgamento de Nuremberg, que seriam inocentes quanto às acusações de genocídio dos judeus, porque apenas cumpriam ordens.

A existência de normas, necessariamente limitadas a situações previsíveis, a hiperestasia da hierarquia, tomada como valor em si, e não como dado instrumental, assim como uma interpretação da impessoalidade tomada pelo lado da desresponsabilização de quem domina, e não daquele que tem direito, concorrem para que a organização burocrática, de instrumental dos esforços humanos, transforme-se em descaracterizadora do potencial humano, em termos de teleologia, intencionalidade, autonomia.

---

<sup>8</sup> Idem, *ibid.* p.33. Ora, o ser humano, tendo mais poder que os demais animais, encontra-se em uma situação de responsabilidade para com tais outros seres da natureza, colocando-se, aqui, a importância da perspectiva ambientalista do ponto de vista educacional. Já Marcuse apontava como parte de um programa revolucionário a adoção de um comportamento fraterno para com a natureza, a quem teríamos então como parceira, possibilidade que serviria de alternativa à suprema valorização do *homo faber*, pela racionalidade instrumental e estratégica. (Marcuse, Herbert - *A ideologia da sociedade industrial - O homem unidimensional*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982). Referindo-se a essa proposta de Marcuse, diz Habermas: “Só se os homens pudessem se comunicar sem coação e se cada homem pudesse reconhecer-se no outro, só então a espécie humana poderia eventualmente reconhecer a natureza como um outro sujeito – não a natureza como o seu outro, como pretendia o idealismo, mas a si mesma como o sendo o outro desse sujeito.” (Habermas, Jürgen - “Ciência e técnica como ideologia”, in *Pensadores XLVIII*, São Paulo, Abril, 1975, pp. 291-333., p.308)

<sup>9</sup> Entre outros, Weber, Max. *Ensaios de Sociologia*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

Habermas, em seu estudo “Técnica e Ciência como ideologia”<sup>10</sup>, trata de como se estabelecem bases desiguais, sobretudo em relações de direito privado, sob a égide da atividade capitalista, particularmente sob alegação de suposta reciprocidade. Essa desigualdade fundamenta a prática de injustiças, ao mesmo tempo em que apóia em uma fusão da técnica com a dominação.

Do ponto de vista burocrático, há princípios organizacionais que se definiram, historicamente antes de sua elaboração teórica, em práticas organizacionais de instituições que bem representam o tipo ideal weberiano, como a Igreja e o Exército, as quais serviram, de fato, como casos exemplares, de onde deprender aqueles princípios.

A análise da transição de sociedade tradicional para sociedade moderna, frequentemente incorpora o conceito de racionalização como uma das chaves dessa transição, onde a dominação não mais se fundamenta em princípios cosmológicos, míticos, mas no agir racional com-respeito-a-fins, e, também, na definição estratégica da racionalidade das relações meio-fim.

No estudo citado, de Habermas, interessa-nos, de forma particular, a análise da origem da ambiguidade do conceito de racionalização que apresenta, onde podemos relacioná-lo a Lorenz.

Tratando do agir racional-com-respeito-a-fins, Habermas discute o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sócio-cultural onde “um crescente poder de manipulação técnica sobre as condições externas da existência”<sup>11</sup> tem representado uma forma de *adaptação ativa*, voltada para a *autoconservação*. Em oposição, “as modificações do quadro institucional, na medida em que são imediata ou mediatamente redutíveis a novas tecnologias ou estratégias aperfeiçoadas (...), não receberam uma forma semelhante de adaptação ativa”<sup>12</sup>, obedecendo, de fato, ao modelo de *adaptação passiva*.

Como aqui retomamos um paradigma evolucionista, voltemos a Lorenz. É dele a consideração de que até mesmo essa adaptação ativa às condições externas tem significado uma atitude predatória do ser humano em relação às demais formas de vida sobre o planeta. Contudo, se, por um lado o domínio de técnicas e criações tecnológicas humanas tem representado a adição de uma possibilidade de melhoria potencial de condições de vida, em relação à condição “natural”, configurando adaptação ativa, por outro lado esse mesmo domínio não se reflete em condições favoráveis e melhores para todos.

Observe-se que na argumentação de Habermas acerca de uma adaptação passiva da humanidade em relação ao quadro institucional, poderia haver uma hipótese benéfica, de que tem faltado atenção do ser humano às condições de convivência com seus semelhantes, deixando-as ao acaso. O ponto que se discute, contudo, é como essas técnicas e tecnologias trazem novas formas de dominação do ser humano embutidas – ou seja, como as próprias mudanças no quadro institucional podem ser reduzidas a novas tecnologias ou estratégias.

Valeria a pena lembrar que, considerando as condições materiais em que vivem amplas parcelas da população - no mundo e, em particular, no Brasil - cabe levantar uma discussão de ordem ética acerca da natureza do chamado progresso humano. É impossível - até por evidências empíricas - reduzir a discussão sobre a desigualdade, a miséria e a exclusão a certo tipo de adaptação passiva, o que seria excessiva e impropriamente generoso, em face do potencial destrutivo presente na condição humana, como já vimos.

---

<sup>10</sup> Habermas, cit.

<sup>11</sup> Idem, *ibid.*, p.328.

<sup>12</sup> Idem, *ibid.*, p. 328.

Se é verdade que se registra intencionalidade no tratamento técnico das relações humanas, é também certo que há um papel específico desempenhado por certa adaptação passiva às configurações do quadro institucional, de que fala Habermas. Trata-se de como se produz e reproduz, no cotidiano, dentro das mais diversas organizações e instituições, a legitimação desse quadro excludente, pela submissão a que estão submetidos - e se deixam submeter - inumeráveis contingentes humanos. É o processo no qual se revezam e se compõem o instituído e o instituinte nas organizações.<sup>13</sup>

Vale especificar os entrelaçamentos que se dão entre:

- a) processos organizacionais – em especial aqueles de cunho burocrático, dentre os quais se inclui a escola;
- b) práticas organizacionais e, especificamente, administrativas;
- c) o solapamento da autonomia moral dos indivíduos que participam desses processos, o que fornece o substrato sócio-cultural - e por que não dizer - ontológico, da submissão, da aquiescência e do conformismo frente à injustiça.

Vejamos, a seguir, alguns desses entrelaçamentos.

As organizações humanas são caracterizadas por sua pertinência às culturas com as quais se vinculam. A cosmologia fundadora de uma cultura traz embutida a fundação e os princípios da organização social que alimentará seus mitos, cumprirá seus ritos.

O que caracterizam, entretanto, processos organizacionais de cunho burocrático, é que se estruturam de uma forma que poderíamos chamar de asséptica – ao mesmo tempo em que se voltam para racionalizar o trabalho conjunto de seres humanos, fazem-no com uma estrutura básica e genérica, supostamente atemporal.

Ao mesmo tempo, o caráter instrumental dos diversos postos de trabalho, assim como os vínculos de autoridade, são propostos “desencarnados”, por assim dizer, de todo e qualquer ser humano. São voltados para tarefas e funções que deverão ser cumpridas, independentemente das pessoas que ocupem os cargos aos quais se referem, e independentemente da possibilidade de alteração das circunstâncias presentes quando de seu momento fundador.

Cria-se, assim, um processo que independe de pessoas, embora seja desenvolvido por elas, e a legitimidade de ocuparem determinado lugar na estrutura burocrática será tão somente vinculado a determinações regimentais, estatutárias, em suma, a legitimidade será derivada exclusivamente da autoridade legal. Não se coloca a expectativa de representatividade, nem a de compromisso ético ou moral, posto que a margem de escolha livre é mínima ou inexistente, porém apenas se professa a eficácia e a eficiência administrativa: cumprem-se ordens.

Essa estruturação e atribuições administrativas correspondem a práticas caracterizadas pela despersonalização. Importa a tarefa a ser realizada, de forma obediente, seguindo determinações superiores. Na ausência desse cumprimento, dispõem-se de mecanismos de punição, já previstos e normatizados, frequentemente ocorrendo de aspectos formais serem priorizados em detrimento dos substanciais.

Barrington Moore Jr., em seu livro *Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta*, lembra que é necessário haver normas básicas, que sobrevivam à necessidade de a sociedade estar refazendo a cada vez seu contrato social. A

---

<sup>13</sup> Refiro-me, aqui, à teorização proposta por Cornelius Castoriadis, cf. Em particular *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

obediência a tais normas constitui-se, nesse caso, a um gesto de maturidade, pela adesão aos valores da sociedade específica em que se vive. Haveria, aqui, incluídas na normatização e no contrato, formas de coerção social previstas, assim como de punição, consideradas por todos como justas.

Por outro lado, existem alguns elementos, como a opressão e a injustiça, que, uma vez surgidos, podem significar uma ruptura do contrato social, frente à qual é próprio da maturidade não mais obedecer, mas resistir. Moore Jr destaca, então, que o perigo está nas sociedades onde se encontraram formas de controlar toda resistência, onde a injustiça é vista como inevitável, e portanto se sufoca na base toda indignação e ira moral geradas pelo sentimento de injustiça.

Mais ainda, com frequência desenvolvem-se argumentos de justificação da situação, significativos de experiências de autoanulação, como na citação de Octávio Paz, ao lado de certo “orgulho na resignação”<sup>14</sup>, que de fato é estratégia para tornar tolerável suas vidas. Adorno e Horkheimer, por sua vez, tratam de certa atitude que denominam metaforicamente de “mentalidade ciclista”: aquele que calca o que está embaixo, enquanto se curva ao que está acima.

É sobretudo frente a ordens injustas ou a uma ordem opressiva que se revelam a autonomia moral e a coragem moral. Barrington Moore Jr identifica três qualidades da autonomia moral:

A primeira qualidade pode ser chamada de coragem moral, no sentido de uma capacidade de resistir a poderosas e ameaçadoras pressões sociais para a obediência a regras ou ordens ‘opressivas’ ou ‘destrutivas’. A segunda qualidade é a capacidade intelectual para reconhecer que as regras e as pressões são de fato opressivas. (...). A terceira capacidade, a inventividade moral, é mais rara (...). É a capacidade de criar, a partir das tradições culturais vigentes, padrões historicamente novos de condenação ao que existe.<sup>15</sup>

Tratando dos efeitos do poder de pressão do grupo sobre o julgamento expresso por um indivíduo, com base em experimentos de Asch, Moore Jr enfatiza que “um único aliado pode fornecer suficiente apoio para capacitar uma pessoa a elaborar um julgamento correto”<sup>16</sup>. A mesma conclusão resultou do famoso experimento de Stanley Milgran, envolvendo cobaias humanas pseudo-submetidas a choques por ordem de pseudo-experimentadores a agentes que demonstraram sua capacidade de resistir a ordens cruéis, ou, ao contrário, de extrapolá-las. Nesse experimento, a oferta de apoio social foi a mais eficaz variante no solapamento da autoridade cruel e sádica do “experimentador”.<sup>17</sup>

Entre outras conclusões do longo e denso estudo de Barrington Moore Jr., a capacidade de identificar a opressão e a injustiça são tratadas como sendo centrais na busca da construção de uma situação social mais justa a cada vez. Da mesma forma, o desenvolvimento do sentido de inevitabilidade como sendo ilusório - ou seja, a

---

<sup>14</sup> Moore-Jr., Barrington. Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta, São Paulo, Brasiliense, 1987, p.96.

<sup>15</sup> Idem, *ibid.*, pp. 136-137.

<sup>16</sup> Idem, *ibid.*, p. 139. Moore Jr enfatiza, na sequência de sua argumentação, que há boas razões para se considerar que o inverso também ocorra, ou seja, que basta um único apoio para que um julgamento incorreto seja consolidado.

<sup>17</sup> Idem, *ibid.*, pp. 140-144.

compreensão de há certas condições desumanas, dolorosas ou degradantes das quais não se necessitam, não se podem e não se devem suportar.

A reversão do sentido de inevitabilidade significa que as pessoas possam compreender que a dificuldade na alteração de certa situação dolorosa vigente não significa que a mesma integre a ordem “natural” das coisas, sendo por isso inevitável, mas que essa dificuldade talvez diga respeito a outras dificuldades, como tradições arraigadas ou outros interesses, que não a melhoria da qualidade da vida humana.

Nesses processos pelos quais se desenvolve a capacidade de identificação da opressão e da injustiça, e de solapamento do sentido de inevitabilidade, a informação desempenha um papel crucial, assim como o debate aberto e esclarecido<sup>18</sup>, que possa servir como o apoio social, de que tratou Moore Jr., capaz de fortalecer o discernimento facilitador do sentimento de injustiça, dando suporte à capacidade de resistência.

Neste ponto evidencia-se a relevância da escola, seja como favorecedora de informação, seja como facilitadora de processos que conduzam à formação da capacidade crítica, bem como de habilidades de expressão de opinião e, sobretudo, de resistência à opressão.<sup>19</sup>

Voltemos ao estudo de Habermas anteriormente citado. Texto surgido em meio aos ares revolucionários de 1968, Habermas explicita, ali, sua certeza de que apenas a crítica das ideologias burguesas é que torna possível que entre no domínio da consciência pública a incongruência citada, entre adaptação ativa e adaptação passiva da humanidade. Arriscando alguma prospecção, traz à lembrança repertório de técnicas de controle de comportamento e modificação de personalidade listados por Hermann Kahn como aqueles que estariam prestes a ocorrer, para afirmar que apenas

a discussão pública, que não sofre restrições e que é isenta de dominação, sobre a adequação e a conveniência de princípios e normas que orientam o agir à luz dos reflexos sócio-culturais dos subsistemas progressivos do agir racional-com-respeito-a-fins – apenas uma comunicação dessa espécie, em todos os níveis dos processos políticos e repolitizados de formação da vontade, é o único meio no qual algo como uma ‘racionalização’ é possível. Num tal processo de reflexão generalizada, as instituições seriam modificadas na sua composição específica para além dos limites de uma mera mudança de legitimação.<sup>20</sup>

Exemplos de desenvolvimento intencional dessa consciência pública estão presentes todas as vezes em que conseguimos, como educadores, operar intersecções com colegas de outras áreas. Da mesma forma, a cooperação com a imprensa se coloca nesse nível de importância.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Esclarecido, aqui, no sentido adotado por Adorno e Horkheimer. Cf. Adorno, T. & Horkheimer, M. *Dialética do esclarecimento*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

<sup>19</sup> Apenas para citar alguns autores que têm lidado com a temática, além de Paulo Freire e teóricos que têm partilhado de seu pensamento, convém lembrar Michael Apple, Henry Giroux, apenas para ficarmos em alguns nomes exemplificativos dessa preocupação na educação.

<sup>20</sup> Idem, *ibid.*, p. 331.

<sup>21</sup> A autora tem participado, em processos que interligam a pesquisa acadêmica e intervenção educacional, junto a movimentos sociais e organismos internacionais, multilaterais, que são exemplares de como tem se dado, processual e historicamente, discussões que têm promovido a elevação da consciência pública, como fruto do debate e da participação, ampliando horizontes da discussão dos direitos e da educação.

Se é verdade que a citada análise de Habermas teve grande importância quando publicada, hoje é possível renovar essa relevância, ao refletirmos sobre as novas formas de racionalidade impostas por padrões estabelecidos em nome da qualidade. Da mesma forma agudiza-se sua análise, quando podemos comprovar que a última década, em particular, assistiu a um afluxo de interesse e atenção à questão da modificação do quadro institucional, porém não na direção pretendida por Habermas, mas exatamente em seu oposto.

Ou seja, ao invés de caminharmos, como humanidade, em direção a uma consciência pública das formas e processos de interação institucional, fundada em um conhecimento objetivo do que se faz, sedimentado em uma postura crítica, caminhamos muito mais evidentemente em direção às previsões de Hermann Kahn, rumo a uma “alienação planejada”, ou, uma situação na qual, nas palavras de Habermas, “os homens fariam a história com vontade mas não com consciência”<sup>22</sup>.

Dentre as possibilidades de ação que se abrem nesse contexto, em busca da construção de uma sociedade que recupere e mantenha a chance da liberdade, é preciso encontrar aquelas para as quais a questão não seja garantir a geração de legitimidade, que se constrói de maneira artificial, da ordem do simulacro<sup>23</sup>, por sobre uma legitimidade verdadeira que se debilita e esfacela. Nestes casos, poderá ocorrer uma suposta conquista de igualdade, porém uma igualdade repressiva, de iguais na injustiça<sup>24</sup>.

O que se coloca, sim, é a substancialidade de ações em direção à construção da igualdade fundada na justiça, que se configura como emancipatória, frente ao quadro de dominação consolidado pela técnica e pela burocracia, frequentemente auxiliadas pelo concurso da ciência.

Trata-se, também, de efetivar um levantamento de quais as possibilidades históricas hoje de fato presentes, de forma a construirmos um projeto social viável, que enquanto se elabora, se efetiva no campo empírico. É um sentido diverso de utopia (não sendo contraditório), pois se trata de identificar, dentro do campo de possibilidades, aquelas que estão efetivamente disponíveis. Elevar a consciência guarda relação com essa atividade, a fim de que não nos entreguemos à resignação de uma adaptação passiva, onde possibilidades sejam suprimidas historicamente, sem que tenhamos nos dado conta delas, a não ser quando já seja tarde<sup>25</sup>.

Nesse sentido, é crucial discutir a natureza das práticas organizacionais e administrativas, que se proponham como práticas despersonalizantes, pois; é no âmbito das organizações sociais que, em primeira instância, o indivíduo convive com a justiça e com a chance de mudar, vivência que deve se fazer, portanto, longe da sombra ilusória e opressora do inevitável.

No âmbito social, as minorias têm representado a personalização da possibilidade de se colocar em discussão os processos humanos de dominação, muitas vezes por seu sofrimento, como já vimos. Theodor Adorno e colaboradores desenvolveram em sua obra *Personalidade Autoritária* uma série de reflexões com base em pesquisas empíricas quantitativas e qualitativas, que são de extrema relevância para essa temática. Devido aos limites deste trabalho, procurarei destacar alguns mais especificamente ligados à temática educacional.

---

<sup>22</sup> Idem, *ibid.*, p. 330.

<sup>23</sup> Simulacro tão em voga nesses tempos por muitos denominados pós-modernos. Ver a esse respeito, entre outras obras do mesmo autor, Baudrillard, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas - o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

<sup>24</sup> Adorno, T. & Horkheimer, M. - *Dialética do esclarecimento*, 2ª ed., Rio, Jorge Zahar, 1985, em especial p. 27.

<sup>25</sup> Vide a discussão sobre possibilidades historicamente suprimidas em Moore Jr., B., *cit.*.

Adorno constatou em suas pesquisas que quanto mais submisso um indivíduo, maior sua tendência ao autoritarismo – submete-se, porque legitima o que o outro faz, e se estivesse em seu lugar, faria igual ou pior. Assim, constatou que existem traços presentes na personalidade autoritária, que tendem a apresentar atitude preconceituosa e a legitimar formas várias de discriminação de minorias, aí incluídas nós mulheres, os homossexuais, todos aqueles que integram etnias ou religiões não dominantes, além das crianças. Essa formas de discriminação incluem comportamentos violentos, agressivos, excludentes.

Da mesma forma, são personalidades que submetem-se em campo público a toda e qualquer autoridade, ainda que arbitrária, enquanto submetem, frequentemente de forma violenta, aqueles com os quais convive no domínio privado da família.

Um dos principais méritos do trabalho de Theodor Adorno é operar esse vínculo entre a temática das minorias e o fortalecimento da democracia. Aquilo que pareceria interesse de alguns, na verdade coloca-se como a evidência da relevância da proteção ao espaço público, às relações igualitárias, as quais podemos chamar de emancipadoras, ao respeito a todo e qualquer indivíduo, como base da democracia.

É interessante observar que a Declaração dos Direitos das Minorias Nacionais ou Étnicas, Linguísticas ou Religiosas proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1992, incorpora essas conclusões, destacando que a pluralidade cultural (aí incluindo todas as especificações citadas na Declaração) é a base visível do pluralismo político. Enquanto esse pode, em algumas circunstâncias, apresentar-se de forma excessivamente vaga e abstrata, a preservação, proteção e promoção das identidades e tradições diversas de uma comunidade nacional podem significar o constante mirar da pluralidade. Ou seja, de fato interesse de todos, e não de alguns.

No trabalho de Adorno, a questão de medidas voltadas para a superação do racismo, da discriminação étnica e religiosa em geral, é apresentada como pauta para a sociedade que se quer construir e manter de forma democrática. Em especial, uma pauta para a educação de todos, uma vez que seria, em sua análise, uma forma eficiente de prevenir o surgimento de personalidades autoritárias, que viessem a fundamentar, em suas vidas cotidianas, o surgimento do autoritarismo e do totalitarismo, em nível da organização política.

Da mesma forma, uma pauta para a educação é a elaboração de propostas que visem enriquecer a capacidade argumentativa<sup>26</sup>. Nesse sentido, o ponto mais fundamental refere-se à possibilidade de formação de indivíduos capazes de escapar à tentação maniqueísta. Novamente aqui, a existência da diversidade étnica, religiosa, cultural é crucial, porque ensina a relativizar afirmações, bem como a desenvolver a consciência de que existem tantos sistemas humanos, quanto nos é impossível conhecê-los a todos. Ou seja, passamos a entender que nosso conhecimento - e portanto nosso julgamento - é necessariamente limitado, o que nos obriga a uma tolerância efetiva para com a diversidade, para com o outro, base da negociação democrática.

Ainda propõe Adorno, como medidas preventivas ao surgimento do totalirismo, mesmo reconhecendo a inutilidade de receitas nesse campo, trabalhos que evitem clichês, tão ao gosto de ditadores, mesmo os camuflados, que falam em nome da democracia. No mesmo sentido, desenvolver flexibilidade e capacidade e gosto para lidar com mudanças, servirão para evitar a rigidez e a constância quase obsessivas, características da personalidade autoritária. Nesse sentido, na escola,

---

<sup>26</sup> Esse tema também aparece em Arendt, Hannah. *Origens do Totalitarismo*, São Paulo, Perspectiva, 1982.

revezar papéis, a possibilidade de assimilar contribuições da comunidade são dados essenciais para o desenvolvimento da permeabilidade e flexibilidade.

Às propostas de Adorno podemos somar as de Barrington Moore Jr., do papel da educação no desenvolvimento da autonomia moral<sup>27</sup>, mesmo quando se considera que essa autonomia é muito limitada pelas circunstâncias. Apoiando-se em Freud, destaca a importância de que as crianças tenham modelos adultos com os quais possam assumir compromissos morais, base do adensamento da autoridade (não autoritarismo) na sociedade. Em suas propostas destaca-se a manutenção da capacidade de se indignar frente à injustiça e à opressão, portanto da capacidade de resistência ao arbítrio, o questionamento do consenso criado e aceito dos processos de dominação.

Retornando a Konrad Lorenz, a base de suas propostas para a educação será a valorização do ser humano, enquanto criador, como sujeito sócio-cultural, e enquanto ser dotado de capacidade de compaixão. Atente-se que a noção de compaixão que traz à reflexão não guarda relação com a visão piegas do termo, mas sim com seu sentido etimológico “com-paixão”, a capacidade de “sentir com”, de “mobilizar-se por”. Entende Lorenz que a educação tem o papel de desenvolver a sensibilidade e a consciência, de promover uma reavaliação dos valores. Mais ainda, ao oferecer conhecimento, deve fundamentar-se em uma perspectiva epistemológica que se funde na aceitação dos limites do conhecimento do ser humano, sujeito, sempre e necessariamente, aos interesses do conjunto da humanidade. Ao colocar esse tema ético, volta-se ao universal kantiano, de que o limite da ação humana é o de que cada ser humano seja tratado como fim em si, jamais um instrumento de outro ou de seus interesses.

Finalizando, é importante resaltar que a reflexão sobre a questão das práticas organizacionais e administrativas tem relação direta com a escola, sendo talvez o maior desafio que nós educadores enfrentamos nestes tempos. De fato, se é indesejável, do ponto de vista da evolução democrática, que se mantenham os indivíduos presos a procedimentos fundados na heteronomia, como aquelas de aqui se tratou, na escola será de todo incompatível que isso ocorra, dentro de um processo educativo voltado para a cidadania democrática. E, para tanto, não bastará que nos amparemos em mudanças retóricas, ou em substituição de processos de legitimação de autoridade, se não nos voltarmos para o cerne da questão da autonomia.

Esse desafio, de entrelaçar práticas organizacionais e propostas vivenciais e de conhecimento, portanto programáticas, embora deva encaminhar-se de forma integrada na constituição do projeto pedagógico na escola, não é tarefa apenas de quem se encontra naquele espaço de trincheira, na luta pela melhoria da qualidade da vida humana.

Cabe a nós, que dispomos dos recursos que o mundo acadêmico nos oferece, que temos parcelas de poder - e, como ensina Bobbio, temos assim restrita nossa liberdade, pela responsabilidade inerente a esse poder - cooperar ativamente na criação de conhecimentos que alimentem a percepção da complexidade, assim como de seu encaminhamento, na ordenação sócio-institucional.

Temos de fato esse dever como educadores, como cidadãos e como seres humanos inseridos na vasta linha de tempo da humanidade, com o que precisamos estar prontos a responder, de forma diferente da mulher citada por Octávio Paz, à pergunta que as gerações futuras, quando forem presente, nos farão a nós, neste presente que será passado:

“- Quem está aí? “

Que estejamos prontos a responder.

---

<sup>27</sup> Moore Jr. baseia-se em Piaget e Kohlberg, além do aqui citado Adorno.

## Referências

- Adorno, T. et alii - The Authoritarian Personality, New York, Harper and Brothers, 1950.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. Dialética do esclarecimento, 2ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- Arendt, Hannah. Origens do Totalitarismo, São Paulo, Perspectiva, 1982.
- Baudrillard, Jean. À sombra das maiorias silenciosas - o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Bobbio, Norberto. A era dos direitos, Rio de Janeiro, Campus, 1992
- Castoriadis, Castoriadis. A instituição imaginária da sociedade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982
- Habermas, Jürgen - “Ciência e técnica como ideologia”, in Pensadores XLVIII, São Paulo, Abril, 1975
- Lafer, Celso. A reconstrução dos direitos humanos, 1ª reimpr., São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Lorenz, Konrad. A demolição do homem - crítica à falsa ideologia do progresso, São Paulo, Brasiliense, 1988.
- Marcuse, Herbert - A ideologia da sociedade industrial - O homem unidimensional, 6ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- Moore-Jr., Barrington. Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta, São Paulo, Brasiliense, 1987
- Weber, Max. Ensaio de Sociologia, 5ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

Recebido para publicação em 12-01-14; aceito em 15-02-14